

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0017-50  
Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administra-

tivo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM realizou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

| Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 - Valores em Reais |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 2016                | 2015                |
| <b>Ativo</b>  | <b>4.908.983,56</b> | <b>5.170.342,66</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>   | <b>4.908.983,56</b> | <b>5.170.342,66</b> |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b> (Nota 3.1)   | <b>1.376.375,59</b> | <b>1.653.726,85</b> |
| Caixa (Nota 3.1)  | 50,00               | 50,00               |
| Bancos conta movimento (Nota 3.1)   | 40.053,45           | 24.627,49           |
| Aplicações Financeiras (Nota 3.2)   | 1.336.272,14        | 1.629.049,36        |
| <b>Contas a Receber nota(3.3)</b>   | <b>3.311.045,13</b> | <b>3.372.129,21</b> |
| Secretaria Saúde do Estado São Paulo - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz(Nota 3.3.1)           | 724.378,00          | 724.378,00          |
| Valor Estimado Rescisão de Contrato(Nota 3.3.2)   | 821.050,80          | 882.134,88          |
| Valores em Negociação-  |                     |                     |
| Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)  | 1.765.616,33        | 1.765.616,33        |
| Outros Créditos (Nota 3.4)  | 90.308,15           | 43.415,30           |
| Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)   | 31.217,18           | 21.433,34           |
| Antecipações salariais  | 625,71              | 577,87              |
| Antecipação de férias (Nota 3.4.2)  | 24.900,29           | 12.921,76           |
| Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)  | 1.494,13            | 8.482,33            |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>   | <b>13.986,61</b>    | <b>15.769,56</b>    |
| Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.5)   | 13.986,61           | 15.769,56           |
| <b>Estoques</b> (Nota 3.6)  | <b>117.268,08</b>   | <b>85.301,74</b>    |
| Materiais e Medicamentos (Nota 3.6)   | 117.268,08          | 85.301,74           |
| <b>Ativo Não Circulante</b>   | <b>95.748,85</b>    | <b>137.749,00</b>   |
| Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)  | 88.416,25           | 128.215,96          |
| - Bens Móveis   | 88.416,25           | 128.215,96          |
| Bens de Terceiros (Nota 3.7)  | 534.351,31          | 539.751,31          |
| Ajuste vida útil - bens terceiros - (Nota 3.7.1)  | (445.935,06)        | (411.535,35)        |
| - Ativo Intangível (Nota 3.7)   | 7.332,60            | 9.533,04            |
| Intangível de Terceiros (Nota 3.7)  | 11.000,00           | 11.000,00           |
| Ajuste vida útil - intangível Terceiros (Nota 3.7.1)  | (3.667,40)          | (1.466,96)          |
| <b>Total do Ativo</b>   | <b>5.004.732,41</b> | <b>5.308.091,66</b> |

| Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 - Valores em Reais |                     |                       |
|---|---------------------|-----------------------|
|   | 2016                | 2015                  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>  | <b>15.974,18</b>    | <b>(4.135.901,46)</b> |
| (Aumento) Redução em contas a receber   | 15.974,18           | (4.135.901,46)        |
| (Aumento) Redução em estoques   | 49.091,82           | 10.786,52             |
| Aumento (Redução) em fornecedores   | 394,40              | (76.646,81)           |
| Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões   | 977.717,42          | (3.511.628,15)        |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros  | (42.000,15)         | 10.194,23             |
| <b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>                            | <b>1.001.177,67</b> | <b>568.607,25</b>     |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos   |                     |                       |
| (-) Adição de Bens de Terceiros   | 1.471,07            | (10.194,23)           |
| <b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>                        | <b>1.471,07</b>     | <b>(10.194,23)</b>    |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento   |                     |                       |
| Empréstimos tomados   | 9.298.667,85        | 14.553.379,42         |
| (-)Pagamentos de empréstimos/debêntures   | (10.578.667,85)     | (14.369.579,42)       |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos                              | (1.280.000,00)      | 183.800,00            |
| <b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>   | <b>(277.351,26)</b> | <b>742.213,02</b>     |
| No início do período  | 1.653.726,85        | 911.513,83            |
| No final do período   | 1.376.375,59        | 1.653.726,85          |

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:** Características da Unidade Gerenciada: Em 1973 a antiga unidade abrigou pioneiramente em São Paulo o chamado PEP - Programa Especial de Pediatria em cumprimento as determinações contidas na ordem de serviço SBE Nº 401-26 de 05/04/1972 e ODS Nº I.P.R.399 113 de 20/09/1970 que se destinava a dar atenção especial às crianças desde seu nascimento até 4 anos com uma equipe multiprofissional. Com a Instituição de PEP - Programa Especial de Pediatria em 1981 e com o fechamento do Hospital Brigadeiro para reforma o PAM Santa Cruz recebeu outras especialidades como Cirurgia Geral, Otorrinolaringologia, Neurologia, Neurocirurgia, Ortopedia, constituindo uma Unidade de Atendimento geral. Em 31/01/1991 foi titulado como NGA 39 pela Secretaria de Estado da Saúde. Em 14/04/2007, celebrou-se o Convênio nº 13/2007 entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e Secretaria de Estado da Saúde, que teve por objeto a assistência à saúde no âmbito do SUS. Com a gestão SPDM a unidade foi direcionada para complementar a atenção básica a crianças, gestantes e adultos. Em 2016 a unidade utilizou os recursos do Termo Aditivo 01/2015 ao convênio nº 1208/2014 firmado em 13/10/2015 assinado com a Secretaria de Saúde de São Paulo no valor global de R\$ 3.621.890,00 com validade em 31/12/2015, para gerenciar suas atividades, desse total R\$ 2.897.512,00 foram repassado no ano de 2015 e R\$ 724.378,00 em 2016. Em 15/01/2016 Secretária da Saúde de Estado de São Paulo firmou o Convênio 019/2016, conforme publicação do D.O.U de 23/01/2016. Esse convênio tem por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços assistências à saúde prestas aos usuários o SUS na região com aporte de recursos financeiros para conveniada, para apoio a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas. O convênio possui o prazo de 12 meses com vigência de 15/01/2016 a 31/12/2016, no global de R\$ 8.692.536,00 com cronograma de desembolso em 12 parcelas iguais de R\$ 724.378,00. No exercício de 2016, apenas 11 parcela do contrato pactuado foi repassada pela Secretária da Saúde do Estado de São Paulo. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2 - Aparentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação

| Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 - Valores em Reais |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 2016                | 2015                |
| <b>Passivo</b>  | <b>4.908.983,56</b> | <b>5.170.342,66</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>   | <b>4.908.983,56</b> | <b>5.170.342,66</b> |
| Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica (Nota 3.9)  | 14.524,10           | 11.690,94           |
| Contribuições a recolher (Nota 3.11)  | 1.045,16            | 488,35              |
| Provisão de férias (Nota 3.12)  | 430.023,87          | 400.405,59          |
| Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)   | 34.261,90           | 32.032,45           |
| Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.13)   | 821.050,80          | 882.134,88          |
| Empréstimo a funcionário Lei10.820/03(Nota3.16)   | 4.827,52            | 5.020,32            |
| Quitações   | 39.375,50           | -                   |
| Provisão PIS/Férias   | 4.300,16            | -                   |
| Outras contas a pagar (Nota 3.17)   | 218.688,44          | 594.706,98          |
| Financiamentos/Empréstimos/Parcelamentos (Nota 3.18)  | -                   | 1.280.000,00        |
| Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.19)   | 3.261.741,14        | 1.925.247,26        |
| Baixa de Obrigações com Materiais Terceiros(Nota 3.20)  | 79.144,97           | 38.615,89           |
| <b>Passivo Não Circulante</b>   | <b>95.748,85</b>    | <b>137.749,00</b>   |
| Obrigações-Bens Móveis de terceiros(Nota 3.7)   | 545.351,31          | 550.751,31          |
| Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7.1)                                   | (449.602,46)        | (413.002,31)        |
| <b>Total do Passivo</b>   | <b>5.004.732,41</b> | <b>5.308.091,66</b> |
| <b>Patrimônio Líquido</b> (Nota 5)  | <b>-</b>            | <b>-</b>            |
| <b>Resultado do Exercício</b> (Nota 6)  | <b>-</b>            | <b>-</b>            |
| <b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>   | <b>5.004.732,41</b> | <b>5.308.091,66</b> |

| Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 - Valores em Reais |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 2016                | 2015                |
| <b>1 - Receitas</b>   | <b>8.845.293,62</b> | <b>8.384.743,66</b> |
| 1.1) Prestação de serviços  | 7.363.702,34        | 6.939.237,37        |
| 1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior  | -                   | 890,26              |
| 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições  | 1.481.591,28        | 1.444.616,03        |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>  | <b>1.384.859,91</b> | <b>1.190.167,05</b> |
| 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações  | 181.791,16          | 197.524,61          |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros   | 1.156.984,97        | 992.642,44          |
| 2.3) Outros   | 46.083,78           | -                   |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>   | <b>7.460.433,71</b> | <b>7.194.576,61</b> |
| <b>4 - Retenções</b>  | <b>-</b>            | <b>-</b>            |
| <b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>   | <b>7.460.433,71</b> | <b>7.194.576,61</b> |
| <b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>   | <b>148.126,31</b>   | <b>76.188,56</b>    |
| 6.1) Receitas financeiras   | 148.126,31          | 76.188,56           |
| <b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>   | <b>7.608.560,02</b> | <b>7.270.765,17</b> |
| <b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>   | <b>7.608.560,02</b> | <b>7.270.765,17</b> |
| 8.1) Pessoal e encargos   | 5.588.232,30        | 5.267.020,90        |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições  | 32.583,73           | 28.684,02           |
| 8.3) Juros  | 164.013,56          | 254.279,52          |
| 8.4) Aluguéis   | 289.714,20          | 276.164,70          |
| 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições  | 1.481.591,28        | 1.444.616,03        |
| 8.6) Estrutura SPDM   | 52.424,95           | -                   |
| 8.7) Déficit ou Superávit do Exercício  | -                   | -                   |

contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana - Rua Santa Cruz, 1.191 - Vila Mariana - São Paulo - SP CEP 04121-001 - CNPJ nº 61.699.567/0017-50. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas as orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o

| Instituição Financeira   | Tipo de Aplicação    | Rentabilidade %Mês     | 31/12/2016          | 31/12/2015          |
|--------------------------|----------------------|------------------------|---------------------|---------------------|
| Banco do Brasil 9199-5   | CDB DI SWAP          | Renda Fixa PO = 90,00% | -                   | 1.549.194,47        |
| Banco do Brasil 9199-5   | Poupança Ouro Diária | Renda Fixa = 0,6632 %  | 322.239,31          | 13.988,47           |
| Banco do Bradesco 22083  | CDB                  | Taxa PCT: 5,000 do CDI | 23.727,77           | 65.866,42           |
| Banco do Brasil 10.082-X | CDB                  | Renda Fixa PO = 85,00% | 990.309,06          | -                   |
| <b>Total</b>             |                      |                        | <b>1.336.272,14</b> | <b>1.629.049,36</b> |

**3.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1- Valores a receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Convênio nº 019/2016, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 724.378,00.

| Tipo de Recurso                | Vencidos   | À Vencer Saldo em 31.12.2016 |
|--------------------------------|------------|------------------------------|
| Custeio / Convênio 19/2016     | 724.378,00 | -                            |
| <b>Total Valores a Receber</b> |            | <b>724.378,00</b>            |

**3.3.2- Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

|                                | Saldo Final em 31.12.2016 | Saldo em 31.12.2015 |
|--------------------------------|---------------------------|---------------------|
| Estimativa Rescisão Contratual | R\$ 520.614,52            | R\$ 505.014,05      |
| Aviso Prévio indenizado        | R\$ 300.436,29            | R\$ 377.120,83      |
| Multa FGTS Rescisória (50%)    | R\$ 821.050,80            | R\$ 882.134,88      |

**3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4 - Outros Créditos:** Re-

| Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 - Valores em Reais |                     |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 2016                | 2015                |
| <b>Receitas</b>   | <b>8.845.293,62</b> | <b>8.383.853,40</b> |
| <b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições</b> (Nota 4.1)  | <b>8.845.293,62</b> | <b>8.383.853,40</b> |
| Secretaria de Saúde do Estado   | 7.356.042,12        | 6.939.237,37        |
| Trabalho Voluntário (Nota 9.3)  | 7.660,22            | 9.028,13            |
| Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)  | 1.260.910,02        | 1.227.410,78        |
| Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)   | 220.681,26          | 208.177,12          |
| <b>(+) Outras Receitas Com Restrições</b>   | <b>148.126,31</b>   | <b>77.078,82</b>    |
| Financeiras (Nota 4.3)  | 148.126,31          | 77.078,82           |
| Doações Recebidas (Nota 4.3)  | -                   | 890,26              |
| <b>(=) Receita Líquida Com Restrições</b>   | <b>8.993.419,93</b> | <b>8.460.932,22</b> |
| <b>Custo e Despesas</b>   | <b>5.975.611,37</b> | <b>1.967.395,08</b> |
| <b>(-) Custos Operacionais com Restrições</b> (Nota 4.2)  | <b>5.975.611,37</b> | <b>1.967.395,08</b> |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio  | 4.564.543,57        | 1.377.564,08        |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica  | 195.279,67          | 3.521.185,65        |
| (-) Manutenção e Conservação  | 205.511,70          | 10.832,22           |
| (-) Mercadorias   | 181.791,16          | 133.813,13          |
| (-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)   | 827.240,86          | -                   |
| (-) Tributos  | 1.244,41            | -                   |
| <b>(=) Superávit/Déficit Bruto Com Restrições</b>   | <b>3.017.808,56</b> | <b>6.493.537,14</b> |
| <b>(-) Despesas Operacionais Com Restrições</b> (Nota 4.2)  | <b>2.965.383,61</b> | <b>5.057.949,24</b> |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio  | 1.016.028,51        | 3.889.456,82        |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica  | 957.197,76          | 700.475,72          |
| (-) Manutenção e Conservação  | 12.451,71           | 112.313,55          |
| (-) Mercadorias   | 76.258,33           | 63.711,48           |
| (-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)   | 433.669,16          | -                   |
| (-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)   | 220.681,26          | 208.177,12          |
| (-) Financeiras   | 210.097,34          | 254.279,52          |
| (-) Tributos  | 31.339,32           | 28.684,02           |
| (-) Trabalho Voluntário (Nota 9.3)  | 7.660,22            | 9.028,13            |
| <b>(-) Outras Despesas</b>  | <b>52.424,95</b>    | <b>-</b>            |
| (-) Outras Despesas Financeiras   | 52.424,95           | -                   |
| <b>(-) Outras Despesas Com Restrições</b>   | <b>-</b>            | <b>1.435.587,90</b> |
| Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)  | -                   | 1.227.410,78        |
| Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)   | -                   |                     |

▶ **continuação**  
de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados

no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo de Ajuste de vida útil, exaustão e amortização". Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

| Posição em 31/12/2015 | Aquisição do Exercício | Baixa/Transferências Contas | Posição em 31/12/2016 |
|-----------------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 550.751,31            | -                      | 5.400,00                    | 545.351,31            |
| 550.751,31            | -                      | 5.400,00                    | 545.351,31            |
| 69.577,49             | -                      | -                           | 69.577,49             |
| 216.438,57            | -                      | -                           | 216.438,57            |
| 196.952,36            | -                      | -                           | 196.952,36            |
| 39.092,44             | -                      | -                           | 39.092,44             |
| 769,00                | -                      | -                           | 769,00                |
| 5.145,30              | -                      | -                           | 5.145,30              |
| 11.776,15             | -                      | 5.400,00                    | 6.376,15              |
| 11.000,00             | -                      | -                           | 11.000,00             |
| 550.751,31            | -                      | 5.400,00                    | 545.351,31            |

| Descrição   | Posição em 31/12/2015 | Ajuste Vida Útil   | Baixa/Transferências Contas | Posição em 31/12/2016 | %  |
|---|-----------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|----|
| <b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>                          | <b>(413.002,31)</b>   | <b>(32.932,75)</b> | <b>3.374,99</b>             | <b>(449.602,46)</b>   |    |
| <b>Bens Móveis</b>  | <b>(413.002,31)</b>   | <b>(32.932,75)</b> | <b>3.374,99</b>             | <b>(449.602,46)</b>   |    |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais | (52.230,81)           | (6.957,73)         | -                           | (59.188,54)           | 10 |
| Equipamentos Processamento de Dados                                   | (203.791,12)          | (5.623,58)         | -                           | (209.414,70)          | 20 |
| Mobiliário em Geral   | (118.437,34)          | (19.695,12)        | -                           | (138.132,49)          | 10 |
| Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos                           | (25.042,66)           | (3.909,22)         | -                           | (28.951,88)           | 10 |
| Aparelhos e Equipamentos Comunicação                                  | (593,90)              | (76,90)            | -                           | (670,80)              | 10 |
| Apararelhos e Utensílios Domesticos                                   | (3.640,66)            | (514,52)           | -                           | (4.155,18)            | 10 |
| Equipamentos para Audio Video e Foto                                  | (7.798,86)            | (997,60)           | 3.374,99                    | (5.421,47)            | 10 |
| Software  | (1.466,96)            | (2.200,44)         | -                           | (3.667,40)            | 20 |
| <b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>                          | <b>(413.002,31)</b>   | <b>(36.600,15)</b> | <b>3.374,99</b>             | <b>449.602,46</b>     |    |

Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revera periodicamente as estimativas e premissas. **3.22-Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 50.000,00. Não tivemos ações cíveis e tributária com saldo em 31/12/2016. **3.23 Outras Ativo e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.24- Bens de terceiros:** Vide nota explicativa 3.7. **3.25-Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4-Origem e Aplicação Dos Recursos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2-Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da

instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

| Descrição                     | 31/12/2016-R\$ | 31/12/2015-R\$ |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Provisão de Férias            | 430.023,87     | 400.405,59     |
| Provisão de FGTS sobre Férias | 34.261,90      | 32.032,45      |
| Provisão de PIS sobre Férias  | 4.300,16       | -              |

**3.13- Estimativas de Rescisão Contratual:** Vide Nota 3.3.3. **3.14-Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. Referentes às contribuições citados acima, devido uma particularidade do convênio firmado em 2016 e com a vigência em 31/12/2016 as Contribuições a recolher de competência de dezembro 2016 foram antecipadas e pagas dentro do mesmo exercício. **3.12-Provisão Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

**3.15-Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. Referentes aos impostos citados acima, devido uma particularidade do convênio firmado em 2016 e com a vigência em 31/12/2016 as obrigações tributárias de competência/12/ 2016 foram antecipadas e pagas dentro do mesmo exercício. **3.16-Empréstimo de Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 4.827,52. **3.17-Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.18-Financiamentos/Empréstimos/Parcelamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido "pro rata temporis", de acordo com o prazo de pagamento do empréstimo estipulado em contrato.

| Instituição  | Tipo de         | Financieira | Aplicação | Taxa % | Prazo        | 31/12/2016 | 31/12/2015          |
|--------------|-----------------|-------------|-----------|--------|--------------|------------|---------------------|
| Bradesco     | Capital de Giro | 1,35        | 31 Dias   | -      | 1.280.000,00 | -          | 1.280.000,00        |
| <b>Total</b> |                 |             |           |        |              |            | <b>1.280.000,00</b> |

**3.19-Convênio/Contratos Publico a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contato de gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim. De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 3.261.741,14.A realizar a longo prazo representa R\$ 0,00. **3.20 - Materiais de Terceiros em nosso Poder:** Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.21-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da

instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

| Convênios                                    | R\$                 |
|--|---------------------|
| Termo aditivo 01/2015 ao Convênio 1.208/2014 | 724.378,00          |
| Convênio 019/2016                            | 7.968.158,00        |
| <b>Total</b>                                 | <b>8.692.536,00</b> |

**5- Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6-Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Em 2016, a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 8.840.662,31 e seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 7.504.168,43 (Sete milhões, quinhentos e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos) considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 1.336.836,15. Esse superávit ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do convênio. **7-Das Disposição da Lei 12.101 e Portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, o Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz apresentou a seguinte produção:

| Produção - 2016                         | SUS           |
|---|---------------|
| <b>Atendimento Ambulatorial - Total</b> | <b>52.066</b> |
| Consulta médica especializada           | 33.987        |
| Atendimento não médico                  | 17.715        |
| Cirurgia ambulatorial                   | NA            |
| Sessões de Fisioterapia                 | 364           |
| SADT Total                              | NA            |

| Linha de Contratação  | Relatório de Execução do Convênio - 2016 |                     |               |                     |               |                     |
|---|--|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|
|   | 1º Semestre                              |                     | 2º Semestre   |                     | Total 2016    |                     |
|   | Meta Proposta                            | Resultado Alcançado | Meta Proposta | Resultado Alcançado | Meta Proposta | Resultado Alcançado |
| <b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>                         | <b>37.698</b>                            | <b>40.430</b>       | <b>37.698</b> | <b>42.370</b>       | <b>75.396</b> | <b>82.800</b>       |
| Consulta Médica Especializada - Total                           | 18.253                                   | 16.681              | 19.037        | 17.306              | 37.290        | 33.987              |
| Consulta Médica em Atenção Básica - Total                       | 6.911                                    | 9.099               | 6.127         | 8.980               | 13.038        | 18.079              |
| Atendimento não médico - Total                                  | 6534                                     | 8.031               | 6.534         | 9.684               | 13.068        | 17.715              |
| <b>Coleta de exames Laboratoriais encaminhados ao CEAC</b>      | <b>4.800</b>                             | <b>5.248</b>        | <b>4.800</b>  | <b>5.316</b>        | <b>9.600</b>  | <b>10.664</b>       |
| <b>Anatomia Patológica e Citopatologia encaminhados ao CEAC</b> | <b>1.200</b>                             | <b>1.271</b>        | <b>1.200</b>  | <b>1.084</b>        | <b>2.400</b>  | <b>2.355</b>        |

a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 correspondeu a R\$ 7.660,22. Em 2015 o montante registrado foi de R\$ 9.028,13. **10-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade de Continuidade. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016.

continua ▶



continuação

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM • **Dra. Maris Salette Demuner** - Diretora Técnica - CRM: 72.118 • **Washington de Oliveira da Silva** - Contador - CRC 271587/O-9

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local:** Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araraquá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), **Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segu-

## LPS PICCOLOTO CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.

CNPJ/MF 14.313.016/0001-69

### Demonstrações Financeiras

| Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$) |              |              |   |              |              |
|--|--------------|--------------|---|--------------|--------------|
| Ativo  | 2016         | 2015         | Passivo   | 2016         | 2015         |
| <b>Circulante</b>  |              |              | <b>Circulante</b>                                     |              |              |
| Caixa e equivalentes de caixa .....  | 2.595        | 2.122        | Empréstimos .....                                     | 293          | -            |
| Contas a receber de clientes .....   | 292          | 523          | Fornecedores .....                                    | 33           | 6            |
| Despesas antecipadas .....   | 2            | -            | Salários, provisões e contribuições sociais .....     | 177          | 200          |
| Outros ativos .....  | 11           | 344          | Impostos e contribuições a pagar .....                | 198          | 195          |
| <b>Total do ativo circulante .....</b>   | <b>2.900</b> | <b>2.989</b> | Dividendos a pagar .....                              | 524          | 499          |
|  |              |              | Outras contas a pagar .....                           | 230          | 132          |
| <b>Não Circulante</b>  |              |              | <b>Total do passivo circulante .....</b>              | <b>1.455</b> | <b>1.032</b> |
| Imobilizado .....  | 671          | 743          | <b>Patrimônio Líquido</b>                             |              |              |
| Intangível .....   | 36           | 56           | Capital social .....                                  | 1.048        | 1.048        |
| <b>Total do ativo não circulante .....</b>   | <b>707</b>   | <b>799</b>   | Reserva de lucros .....                               | 1.104        | 1.708        |
| <b>Total do Ativo .....</b>  | <b>3.607</b> | <b>3.788</b> | <b>Total do patrimônio líquido .....</b>              | <b>2.152</b> | <b>2.756</b> |
|  |              |              | <b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido .....</b> | <b>3.607</b> | <b>3.788</b> |

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

|  | Capital Social |                               | Reserva de lucros |                    | Lucros Acumulados | Total        |
|--|----------------|-------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|
|  | Capital Social | Capital Social a integralizar | Reserva legal     | Retenção de lucros |                   |              |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014 .....</b>          | <b>890</b>     | <b>(800)</b>                  | <b>178</b>        | <b>4.331</b>       | -                 | <b>4.599</b> |
| Aumento de Capital .....                               | 158            | -                             | -                 | -                  | -                 | 158          |
| Dividendos adicionais .....                            | -              | -                             | -                 | (4.331)            | -                 | (4.331)      |
| Capital social integralizado .....                     | -              | 800                           | -                 | -                  | -                 | 800          |
| Lucro líquido do exercício .....                       | -              | -                             | -                 | -                  | 2.029             | 2.029        |
| Proposta para destinação do lucro líquido do exercício |                |                               |                   |                    |                   |              |
| Constituição da reserva legal .....                    | -              | -                             | 32                | -                  | (32)              | -            |
| Dividendos mínimos obrigatórios .....                  | -              | -                             | -                 | -                  | (499)             | (499)        |
| Constituição de reservas .....                         | -              | -                             | -                 | 1.498              | (1.498)           | -            |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015 .....</b>          | <b>1.048</b>   | <b>-</b>                      | <b>210</b>        | <b>1.498</b>       | <b>-</b>          | <b>2.756</b> |
| Dividendos adicionais .....                            | -              | -                             | -                 | (2.175)            | -                 | (2.175)      |
| Lucro líquido do exercício .....                       | -              | -                             | -                 | -                  | 2.095             | 2.095        |
| Proposta para destinação do lucro líquido do exercício |                |                               |                   |                    |                   |              |
| Dividendos mínimos obrigatórios .....                  | -              | -                             | -                 | -                  | (524)             | (524)        |
| Constituição de reservas .....                         | -              | -                             | -                 | 1.571              | (1.571)           | -            |
| <b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016 .....</b>          | <b>1.048</b>   | <b>-</b>                      | <b>210</b>        | <b>894</b>         | <b>-</b>          | <b>2.152</b> |

Paulo Fernando de Sousa e Silva  
Contador Responsável - CRC 1SP 283.113/O-6

"As demonstrações financeiras completas, estão à disposição na sede da Empresa."

### Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

|  | 2016         | 2015         |
|--|--------------|--------------|
| <b>Receita operacional líquida .....</b>                       | <b>6.031</b> | <b>5.362</b> |
| Costo dos serviços prestados .....                             | (822)        | (756)        |
| <b>Lucro Bruto .....</b>                                       | <b>5.209</b> | <b>4.606</b> |
| <b>Despesas operacionais</b>                                   |              |              |
| Despesas com vendas .....                                      | (754)        | (689)        |
| Despesas gerais e administrativas .....                        | (1.203)      | (1.106)      |
| Remuneração da administração .....                             | (295)        | (102)        |
| Despesas com depreciações e amortizações .....                 | (137)        | (130)        |
| Outras despesas operacionais .....                             | (102)        | (7)          |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro .....</b>   | <b>2.718</b> | <b>2.572</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                                    |              |              |
| Receitas financeiras .....                                     | 205          | 232          |
| Despesas financeiras .....                                     | (61)         | (81)         |
| <b>144</b>   | <b>151</b>   |              |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ..... | 2.862        | 2.723        |
| Imposto de renda e contribuição social .....                   | (767)        | (694)        |
| <b>Lucro líquido do exercício .....</b>                        | <b>2.095</b> | <b>2.029</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício por ação - R\$ .....</b>         | <b>2.353</b> | <b>2.280</b> |

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

|  | 2016           | 2015           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>                                  |                |                |
| <b>Lucro Líquido do Exercício .....</b>  | <b>2.095</b>   | <b>2.029</b>   |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício                              |                |                |
| Depreciação e amortização .....  | 137            | 130            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....                                | 11             | -              |
| Variações nos ativos e passivos operacionais:                                      |                |                |
| Contas a receber de clientes .....   | 220            | 2.010          |
| Impostos a recolher .....  | 3              | (558)          |
| Outros ativos e passivos, líquidos .....   | (379)          | 643            |
| <b>Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais</b>                          | <b>2.087</b>   | <b>4.254</b>   |
| <b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>                               |                |                |
| Aquisição ativo imobilizado e intangível .....                                     | (229)          | (176)          |
| <b>Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento .....</b>                 | <b>(229)</b>   | <b>(176)</b>   |
| <b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>                              |                |                |
| Aumento de capital .....   | -              | 158            |
| Empréstimos .....  | 293            | -              |
| Pagamento de dividendos .....  | (1.678)        | (6.680)        |
| <b>Caixa Líquido gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento .....</b> | <b>(1.385)</b> | <b>(6.522)</b> |
| <b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa ..</b>                         | <b>473</b>     | <b>(2.444)</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .....                         | 2.122          | 4.566          |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício .....                            | 2.595          | 2.122          |
| <b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa ..</b>                         | <b>473</b>     | <b>(2.444)</b> |

## REC Cachoeirinha S.A.

CNPJ/MF nº 13.204.594/0001-02

### Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

| Balanço Patrimonial                        |                   |                   |  |                   |                   | Demonstração do Resultado                    |                    |                    |
|--|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|--|--------------------|--------------------|
| Ativos                                     | 31/12/2016        | 31/12/2015        | Passivos e Patrimônio Líquido                  | 31/12/2016        | 31/12/2015        | 31/12/2016                                   | 31/12/2015         |                    |
| <b>Circulantes</b>                         | <b>2.400.793</b>  | <b>2.605.839</b>  | <b>Circulantes</b>                             | <b>183.368</b>    | <b>198.683</b>    | <b>Receita Operacional</b>                   | <b>6.226.747</b>   | <b>7.234.371</b>   |
| Caixa e equivalentes de caixa .....        | 221.131           | 2.038.615         | Obrigações fiscais .....                       | 183.368           | 198.683           | <b>Despesas Operacionais</b>                 | <b>(1.227.584)</b> | <b>(1.094.520)</b> |
| Contas a receber .....                     | 2.148.237         | 526.961           | <b>Patrimônio Líquido</b>                      | <b>47.931.684</b> | <b>49.061.279</b> | Gerais e administrativas .....               | (4.040)            | (158)              |
| Impostos e contribuições a compensar ..... | -                 | 6.500             | Capital social .....                           | 43.058.495        | 44.792.163        | Despesas tributárias .....                   |                    |                    |
| Despesas antecipadas .....                 | 31.087            | 33.763            | Reserva Legal .....                            | 741.460           | 524.001           | <b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>          | <b>4.995.123</b>   | <b>6.139.693</b>   |
| Outros ativos circulantes .....            | 338               | -                 | Reservas de lucros .....                       | 4.131.729         | 3.745.115         | <b>Antes do Resultado Financeiro</b>         | <b>4.995.123</b>   | <b>6.139.693</b>   |
| <b>Não Circulantes</b>                     | <b>45.714.259</b> | <b>46.654.123</b> | <b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b> | <b>48.115.052</b> | <b>49.259.962</b> | <b>Resultado Financeiro</b>                  |                    |                    |
| Propriedades para investimento .....       | 45.714.259        | 46.654.123        |  |                   |                   | Receitas financeiras .....                   | 50.763             | 286.015            |
| <b>Total dos Ativos</b>                    | <b>48.115.052</b> | <b>49.259.962</b> |  |                   |                   | Despesas financeiras .....                   | (305)              | (1.310.930)        |
|  |                   |                   |  |                   |                   | <b>Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos</b>   | <b>5.045.581</b>   | <b>5.114.777</b>   |
|  |                   |                   |  |                   |                   | <b>Impostos sobre Lucro</b>                  |                    |                    |
|  |                   |                   |  |                   |                   | Corrente .....                               | (696.393)          | (890.162)          |
|  |                   |                   |  |                   |                   | <b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b> | <b>4.349.188</b>   | <b>4.224.615</b>   |

Fernando Moraes - Controller

Hugo Roberto Dolgovas - Contador - CRC: 283100/O-8



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/04/2017 09:57:27.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[ Ticket: 25713409 ] - www.imprensaoficial.com.br

**CBLA Empreendimento Imobiliário S.A.**

CNPJ/MF nº 15.308.280/0001-77 – NIRE 35.300.444.868

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária**

**Data, Hora e Local:** 25/10/2016, às 11 horas, na sede da Companhia.  
**Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital da Companhia.  
**Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade dos acionistas: (i) o aumento do capital social, totalmente integralizado, de R\$ 132.083.610,86 para R\$ 146.683.610,86, com um aumento efetivo de R\$ 14.600.000,00, mediante a emissão de 14.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação. (ii) a acionista **Breof Partners Ltda.**, ratificou expressa e previamente sua renúncia ao respectivo direito de preferência que lhe é conferido pela Lei 6.404/76, na subscrição das novas ações, as quais foram totalmente subscritas pelo acionista **Breof Fundo de Investimento em Participações**, CNPJ/MF 11.288.558/0001-30. (iii) em virtude do aumento do capital social aprovado no item "iii" acima, a alteração da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a vigorar conforme abaixo: "Artigo 5º O capital social é de R\$ 146.683.610,86, dividido em 143.858.706 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. **Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Lacombe Abbud - Presidente; e Rodrigo Avila Sarti - Secretário. Acionistas: **Breof Fundo de Investimento em Participações** por **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda.**, por Rodrigo Lacombe Abbud e Rodrigo Avila Sarti; e **Breof Partners Ltda.**, por Rodrigo Lacombe Abbud e Rodrigo Avila Sarti. JUCESP nº 501.514/16-8. Em 25/11/2016. Flávia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

**Estreito Participações S.A.**

CNPJ/MF 22.686.355/0001-19 - NIRE 35.300.478.835

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária**

Realizada em 27 de Março de 2017. Arquivada na JUCESP sob nº 255.427/17-7 em 02.06.2017. Deliberado: (i) aprovadas, sem restrições, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; conforme Anexo I (Demonstrações Financeiras); (ii) a Companhia não obteve lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, restando prejudicada a deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleitos para os cargos de Diretores, com prazo de mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em 2018, conforme Anexo II (Termos de Posses e Declarações de Desimpedimentos): Diretor Geral, Dorivaldo Ferreira, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 655.610.828-68 e portador da cédula de identidade RG nº 6.251.703-X-SSP/SP, Diretor, Rubens Prado Valentin identidade RG nº 17.481.333-8-SSP/SP e Diretor, Ricardo Augusto Demonte Bonazzi, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 157.670.078-02 e portador da cédula de identidade RG nº 21.612.123-1-SSP/SP; todos domiciliados na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º e 14º andares, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Gonçalves Dias****Empreendimentos Imobiliários S.A.**

CNPJ/MF 05.965.205/0001-25 - NIRE 35.300.350.324

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária**

**Data e Local:** 22/12/2016, às 15:00h, na sede social. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: André Gonçalves Dias. Secretário: Fábio Gonçalves Dias. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** a) Os Acionistas deliberam a alteração da cláusula 16ª e seu parágrafo 1º, as quais passarão a ter as seguintes redações: Artigo 16 A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros em geral, competirá ao Diretor Presidente, isoladamente, ou aos demais Diretores, em conjunto de 2, ou a um procurador nomeado nos termos deste Estatuto, observado o disposto nos parágrafos abaixo. **Parágrafo 1º** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 Diretores e, exceto aquelas com poderes ad judicium, terão prazo de validade determinado de, no máximo, 5 anos, sendo vedado o seu substabelecimento. b) Em razão das alterações acima, os Acionistas deliberam reformular o Estatuto Social, alterando as disposições existentes, que passa a reger-se nos termos do Anexo 1 desta ata. **Encerramento:** Formalidades legais. **Mesa:** André Gonçalves Dias - Presidente. Fábio Gonçalves Dias - Secretário. **Acionistas:** André Gonçalves Dias. Eduardo Gonçalves Dias. Fábio Gonçalves Dias. Esta ata em seu inteiro teor, acompanhada de seu Estatuto Social encontra-se registrada na JUCESP sob o nº 80.815/17-0 em 15/02/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**Borealis Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 13.204.698/0001-09 - NIRE 35.3.0015496-7

**Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração**

**Data:** 28/03/2017. **Hora:** 10:00h. **Local:** na sede social da Borealis Brasil S.A. ("Companhia"). **Mesa:** Presidente: Rainer Höfling; Secretário: Ricardo de Lima Félix. **Presença:** Totalidade. **Deliberações por Unanimidade:** (a) analisar o conteúdo da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11/11/2016, nos termos do Documento I; (b) deliberar sobre demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes do exercício social encerrado em 31/12/2016, na forma do Documento II; (c) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2016, em conformidade com o Documento III; (d) deliberar sobre a proposta de remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31/12/2017; (e) deliberar sobre o montante destinado aos empregados e administradores das quantias devidas a título de participação nos lucros e resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2016, em relação à unidade de Itatiba, na forma do Documento IV; (f) analisar o Relatório de Resultados da Companhia previstos para os exercícios sociais de 2017 a 2019; e (g) convocar a AGO da Companhia a ser realizada até 30/04/2017. Nada mais. Mesa - Presidente: Rainer Höfling; Secretário: Ricardo de Lima Félix. São Paulo, 28/03/2017. JUCESP nº 232.377/17-0, em 23/05/2017. Flávia R. Britto Gonçalves. Secretária Geral.

**Bom Jardim Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

CNPJ/MF nº 49.934.060/0001-70

**Edital de Convocação****Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**

Ficam convocados os Srs. Quotistas desta Sociedade a reunirem-se em AGOE da sociedade a realizar-se no próximo dia 21/06/2017, às 14h00, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 14º andar, São Paulo-SP, na qual serão examinadas e votadas as seguintes matérias: (i) Aprovação do relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2012 a 2016; (ii) Transferência de quotas em função de reorganização societária de sócios; (iii) Aprovação de aumento do Capital Social mediante a emissão de novas quotas e subscrição delas pelos sócios; (iv) Integralização das quotas subscritas pelos sócios com créditos detidos por eles na Sociedade; (v) Aprovação da nova composição do Capital Social com a consequente alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social; (vi) Apresentação, discussão e aprovação de proposta de venda do imóvel objeto da Cláusula 2ª do Contrato Social e nos termos de sua Cláusula 11ª (a); (vii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Maurício Ferraz de Camargo Filho.** (09, 10 e 13/06/2017)

**S.H. Empreendimentos e Imóveis S.A.**

CNPJ/MF nº 03.563.797/0001-23 – NIRE 35.300.321.669

**Edital de Convocação – AGO/E**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em sua sede social na Rua Jerônimo da Veiga, 164, conjunto 7D, São Paulo, SP, para a AGO/E a serem realizadas em 16/06/2017, às 17h30, para deliberar, em AGO sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016 e, em AGE sobre a ratificação das deliberações tomadas pela diretoria em reunião realizada em 01/03/2017, registrada na JUCESP sob nº 171.639/17-0. São Paulo, 07/06/2017. Os Diretores. (08, 09 e 10/06/2017) –

**VSS Reserva Jardim Botânico Empreendimentos e Participações Ltda.**

CNPJ/MF nº 09.550.156/0001-10 – NIRE 35.222.336.381

**Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora e Local:** 29/05/2017, às 17 horas, na sede da Sociedade.  
**Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença de sócias representantes da totalidade do capital social. **Ordem do Dia e Deliberações:** com fundamento no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil, restou unanimemente aprovada a, a proposta de redução do capital da Sociedade de R\$ 4.808.401,00 para R\$ 3.399.464,00 com uma redução efetiva de R\$ 1.408.937,00, mediante o cancelamento de 1.408.937 de titularidade das sócias, de forma proporcional às respectivas participações no capital da Sociedade, sendo-lhes entregue, em contrapartida às quotas canceladas, quantia, em moeda corrente nacional, equivalente ao valor da redução de suas respectivas participações societárias. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. **Assinaturas - Mesa:** Rodrigo Lacombe Abbud - Presidente; Rodrigo Avila Sarti - Secretário. Sócios: Breof Residencial Ltda., por Rodrigo Lacombe Abbud e Rodrigo Avila Sarti; Sergus Construções e Comércio Ltda., por Arnaldo Christiano; e Sabiá Residencial Empreendimentos Imobiliários S.A., por Luis Gustavo Dalla Vairo e Victor Caralambos Gabriades.

**Southern Cross Investimentos S.A.**

CNPJ/MF nº 11.074.641/0001-07 - NIRE 35.300.371.968

**Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 02/05/2017**

**Data, Hora e Local:** 02/05/2017, às 10 horas, Rua Gomes de Carvalho, nº 1.356, conjunto 82, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Gustavo Pereira de Freitas Santos; Secretário: Pedro Henrique Endo Nicolini. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** (i) Aumento do capital, no montante de R\$1.500.000,00, passando de R\$ 185.622.024,32 para R\$ 187.122.024,32, com a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, conforme Boletim de Subscrição, totalmente subscrito e integralizado pelo **SCG I Fundo de Investimento em Participações**, mediante transferência de recursos imediatamente disponíveis na conta corrente, com expressa anuência dos demais acionistas, que renunciaram ao seu direito de preferência na subscrição de novas ações. (ii) Alterar a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social: "**Artigo 5º. O capital da sociedade é de R\$ 187.122.024,32, dividido em 187.122.024 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, as quais poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares que serão assinados por dois diretores.**" (iii) Consolidar o Estatuto Social. **Lavratura:** Nada mais. São Paulo, 02/05/2017. **Acionistas:** **SCG I Fundo de Investimento em Participações, Molar Capital Investments LP, Implant Capital LP e Fondo de Inversion Privado SBA.** JUCESP 242.809/17-0 em 29.05.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**GRUPO GONÇALVES DIAS S.A.**

CNPJ/MF 09.328.663/0001-04 - NIRE 35.300.352.645

**Extrato da Ata Da Assembleia Geral Extraordinária**

**Data e Local:** 22/12/2016, às 11:00h, na sede social. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: André Gonçalves Dias. Secretário: Fábio Gonçalves Dias. **Deliberações tomadas por unanimidade:** a) Os Acionistas deliberam incluir a seguinte atividade ao objeto social da companhia: 4930-2/02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. b) Os acionistas deliberam a alteração do parágrafo 1º do artigo 16 do estatuto Social, o qual passará ter a seguinte redação: **Parágrafo 1º** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 Diretores e, exceto aquelas com poderes ad judicium, terão prazo de validade determinado de, no máximo, 5 anos, sendo vedado o seu substabelecimento. c) Em razão da alteração acima, os Acionistas deliberam reformular o Estatuto Social, incluindo o parágrafo único ao artigo 3º, que passa a reger-se nos termos do Anexo 1 desta ata. **Encerramento:** Formalidades legais. **Mesa:** André Gonçalves Dias - Presidente. Fábio Gonçalves Dias - Secretário. **Acionistas:** André Gonçalves Dias. Eduardo Gonçalves Dias. Fábio Gonçalves Dias. Esta ata em seu inteiro teor, acompanhada de seu Estatuto Social encontra-se registrada na JUCESP sob o nº 80.812/17-0 em 15/02/2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**Anigro Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

CNPJ nº 12.315.474/0001-01 - NIRE 35.224.533.362

**Extrato da Ata da Reunião de Sócios**

**Data, Hora e Local:** Realizada às 10h de 02/06/2017, na sede, em São Paulo/SP, reuniram-se a totalidade dos sócios, ficando dispensada a Convocação. **Mesa:** Presidente: Régis Dall'Agnese; Secretário: Fernando Miziara de Mattos Cunha. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovaram, por unanimidade: (i) a redução de capital da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 13.746.792,00 para R\$ 9.957.962,00, uma redução, portanto, no montante de R\$ 3.788.830,00; e (ii) autorizar a administração da Sociedade a tomar todas as providências, bem como assinar todos os documentos necessários para a realização da redução de capital social. Nos termos do §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, o presente instrumento, com cópia de sua publicação, será devidamente arquivado perante a JUCESP não antes de 90 (noventa) dias após a publicação da presente Ata. Nada mais. **Régis Dall'Agnese - Presidente da Mesa; Fernando Miziara de Mattos Cunha - Secretário da Mesa.**

**Metal Technology Brasil Ltda.**

CNPJ/MF 21.108.958/0001-70 - NIRE 3522916879-4

**Ata de Reunião de Sócios de 17/05/2017**

Em 17/05/2017, às 10h, na sede da Sociedade. **Presença:** A totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente da reunião o Sr. **Marcello Ramella. Deliberação:** As sócias, por unanimidade e sem reservas, decidem reduzir o capital social, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, passando dos atuais R\$ 3.942.544,00, para R\$ 2.391.980,00 com a respectiva redução, no valor de R\$ 1.550.564,00. Uma vez transcorrido o prazo legal de oposição de credores previsto no artigo 1.084, §1º do Código Civil, serão canceladas 1.550.564 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 775.282 quotas de titularidade da sócia **MI. G.A.L. S.R.L.** e 775.282 quotas de titularidade da sócia **Metal Technology S.R.L.**, com a devida restituição, em moeda corrente nacional, de R\$ 775.283,00 à sócia **MI. G.A.L. S.R.L.** e de R\$ 775.282 à sócia **Metal Technonology S.R.L.** Nada mais a tratar. **Presidente e Secretário: Marcello Ramella. Quotistas: MI. G.A.L. S.R.L. pp Marcello Ramella; Metal Technology S.R.L. pp Marcello Ramella.**

**SPDM - Associação Paulista para O Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana**

CNPJ/MF nº 61.699.567/0017-50

**Retificação**

Na publicação do balanço patrimonial comparativo com os exercícios Findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, publicado no Diário Oficial do Estado/Caderno, no dia 27 de Abril de 2017 nas páginas 131,132 e 133, no quadro da diretoria foi publicado incorretamente sendo transcrito corretamente abaixo: **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M. Dr. Nacime Salomão Mansur - Superintendente das instituições Afiliadas - SPDM. Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC - SP 271587/O-9.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária** - Pelo presente edital, o **SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, convoca os representantes legais, **devidamente credenciados**, de todos os **Hospitais Filantrópicos** das Cidades que tenham seus funcionários vínculos com base territorial sindical do **Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Jaú e Região**, para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se às 14h em 1ª convocação e em 2ª convocação às 14h30, para AGE que será realizada na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaú - Espaço Cultural da Santa Casa de Jaú, localizado na Rua Floriano Peixoto, em frente da antiga CIRETRAN - CEP 17201-340 - Jaú/SP, no dia **04/07/2017**, para discutirem a seguinte Ordem do Dia: a) Exame, discussão e votação das reivindicações apresentadas pelos Sindicatos Profissionais acima citados, para apreciação e discussão da celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, período de 01/07/2017 a 30/06/2018. b) Autorizar o Sindicato (SINDHOSFIL) a manter negociações, respeitadas as decisões da Assembleia. c) Aos representantes, comparecerem com credencial de voto. A pauta de reivindicações encontra-se disponível no site [www.sindhosfil.com.br](http://www.sindhosfil.com.br). São Paulo, 08 de junho de 2017. **Edison Ferreira da Silva - Presidente.**

**R004 São Mateus Empreendimentos e Participações Ltda.**

CNPJ/MF 08.723.088/0001-81 - NIRE 35.221.309.119

**Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora e Local:** 29.05.2017, às 18:00 horas, na sede da Sociedade.  
**Convocação:** Dispensada em virtude da presença de sócias representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** Com fundamento no artigo 1.082, inciso II do Código Civil em vigor, deliberar acerca da proposta de redução do capital da Sociedade. **Deliberações:** Foi unanimemente aprovada, a proposta de redução do capital social de R\$ 7.890.136,00 para R\$ 4.346.552,00, com uma redução efetiva de R\$ 3.543.584,00, mediante o cancelamento de 3.543.584 quotas de titularidade das sócias, de forma proporcional às respectivas participações no capital da Sociedade, sendo-lhes entregue, em contrapartida às quotas canceladas, quantia, em moeda corrente nacional, equivalente ao valor da redução das respectivas participações societárias. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. **Assinaturas - Mesa:** Rodrigo Lacombe Abbud – Presidente; Augusto Ferreira Velloso Neto – Secretário. Sócios: Breof Residencial Ltda., por Rodrigo Lacombe Abbud e Rodrigo Avila Sarti e Augusto Velloso Empreendimentos Imobiliários Ltda., por Ricardo Machado Ferreira Velloso e Augusto Ferreira Velloso Neto.

**MORUS EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 08.959.741/0001-06 - NIRE 35.300.362.985

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 19.06.2017, às 10h (dez horas), na sede social da Companhia, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 61, 1º Andar, sala 12, Centro, Votorantim- SP, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016; (ii) destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; e (iii) remuneração global anual da Diretoria. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) ratificação das deliberações tomadas nas AGE's de 30.12.2016 às 8h e 10h, e AGOE's de 26.08.2016 e de 15.03.2017. Os documentos relativos às assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Votorantim/SP, 7 de junho de 2017

**RICARDO DE SOUZA ADENES**

Diretor

**MIMPEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

CNPJ: 68.260.165/0001-36 NIRE: 3521092041

**Extrato de Reunião de Sócios realizada em 27/03/2017**

Milson Januário, Laércio Anjos Fernandes, Rosemeire Rocha e Álvaro Cerqueira dos Anjos, únicos sócios da MIMPEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Nações Unidas, nº 13.771, Bloco I, 3º Andar, Brooklin, CEP: 04794-000, por intermédio da Reunião de Sócios realizada na data de 27/03/2017, deliberaram: I) aprovar as contas e balanço de 31/12/2016; II) reduzir o capital social, conforme art. 1082 e 1083, da CC/2002, de R\$ 106.400,00 para R\$ 65.436,00, representando uma redução de R\$ 40.964,00 que será paga, no ato, ao sócio Laércio Anjos Fernandes, em moeda corrente nacional; III) Os demais sócios estão de acordo em ceder a quantia em troca da redução da participação societária do sócio Laércio Anjos Fernandes. É efetuada a publicação do presente extrato, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. São Paulo/SP, 27 de março de 2017. Milson Januário, Laércio Anjos Fernandes, Rosemeire Rocha e Álvaro Cerqueira dos Anjos

**TMD Friction do Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 33.060.716/0001-33 - NIRE 35.300.132.408

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2017**

**Data, Hora e Local:** 28/04/2017, às 14 horas, na sede, Rua Tupi, 293, Indaiatuba/SP. **Mesa:** Presidente: Marcoabel Santos Moreira. Secretária: Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira. **Presença:** Totalidade do capital. **Deliberações Aprovadas:** (i) As Demonstrações Financeiras de 2016, publicadas no DOESP e na Folha de São Paulo (Campinas), em 27/04/2017; (ii) a não distribuição de dividendos tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo em 2016; (iii) eleição dos Diretores, com mandato até a AGO de 2018. **Marcoabel Santos Moreira**, administrador de empresas, RG nº 9.712.149 - SSP/SP e CPF/MF nº 022.700.498-10, para Diretor Presidente; e **Edilson José Jaquetto**, químico, RG nº 19.582.956-6, SSP-SP e CPF/MF nº 102.826.808-45, para Diretor Geral para Equipamentos Originais, ambos brasileiros, casados, com escritório em Indaiatuba/SP. A remuneração global anual dos Diretores foi fixada em até R\$ 1.500.000,00, cabendo à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. **Encerramento:** Nada mais. Indaiatuba/SP, 28/04/2017. **Acionistas:** TMD Friction Holdings (UK) Limited, e TMD Friction Holdings GmbH. JUCESP nº 232.837/17-0 em 24.05.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

**União São Paulo Agro-Industrial Ltda.**

CNPJ nº 03.667.239/0001-08 - NIRE nº 35216154358

**Convocação**

Ficam os senhores sócios da União São Paulo Agro-Industrial Ltda. convocados a se reunir, na forma legal e contratual, em Assembleia Ordinária, no dia **19.6.2017**, às 10h, em sua sede social, na Rua XV de Novembro, 865, sala 17, na cidade de Lençóis Paulista/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (1) Refletir a retirada da sócia **Usina Açucareira Santa Cruz S.A.** do quadro de sócios da Sociedade em razão de sua cisão total aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da referida Companhia realizada em 31.7.2016, com o consequente ingresso das novas sócias, as quais incorporaram o acervo patrimonial cindido da **Usina Açucareira Santa Cruz S.A.** composto, entre outros bens e direitos, de investimento por ela então mantido na Sociedade; (2) Em razão do disposto no item anterior, alterar a Cláusula Terceira do Contrato Social da Sociedade e (3) Para refletir as deliberações anteriores, alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade. **A Diretoria** (9,10,13)